

# Índice Geral

## 1ª PARTE

### TEORIA

#### Capítulo I

#### Conceitos Fundamentais e um Pouco de História

1. Direito Processual do Trabalho. Processo. Conceitos .....	37
1.1. Reforma do CPC e seus reflexos na CLT .....	40
2. Denominação da disciplina .....	42
3. Da autodefesa .....	42
4. Autocomposição e heterocomposição .....	45
5. Posição enciclopédica do Direito Processual do Trabalho .....	46
6. Da codificação .....	48
7. Competência da União para legislar sobre Direito Processual do Trabalho .....	50
8. Notícia histórica do Direito Processual do Trabalho. Breve resenha de direito com- parado .....	50
a) Experiência Francesa .....	51
b) Experiência Alemã .....	51
c) Experiência Italiana .....	52
d) Experiência Espanhola .....	52
e) Experiência Portuguesa .....	52
f) Experiência Brasileira .....	53
9. Conceito de ação .....	55
10. Individualização das ações .....	58
11. Condições de ação .....	63
12. Processo. Procedimento .....	64
12.1. Do Procedimento .....	66
13. Pressupostos processuais .....	66
14. Fontes do Direito Processual do Trabalho .....	67
15. Incidente de uniformização da jurisprudência .....	71
15.1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência: Aspectos Históricos .....	73
15.2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência: Sua Natureza Jurídica .....	74
15.3. Pressupostos do Incidente de Uniformização .....	74
15.4. Órgão Competente para Julgar Incidente de Uniformização .....	75



16. O processo e a Constituição da República .....	77
16.1. Alteração da competência por lei ordinária .....	87
17. O Ministério Público do Trabalho e a Constituição Federal .....	87
18. A CLT e o processo .....	88
19. Abuso de direito no exercício da demanda .....	89
19.1. Abuso de Direito no Exercício da Capacidade Recursal .....	90
19.2. Litigância de má-fé .....	95
19.3. Litigância de má-fé no processo de dissídio coletivo .....	98
20. Regimento interno dos Tribunais .....	98

## Capítulo II

### Princípios do Direito Processual do Trabalho

21. Princípios informativos do Direito Processual do Trabalho .....	100
22. Do dispositivo .....	100
23. Do inquisitivo .....	102
24. Da concentração, da oralidade, da imediatidade e da celeridade processuais .....	104
25. Concentração .....	104
26. Da oralidade .....	104
27. Da imediatidade .....	105
28. Da eventualidade .....	105
29. Do contraditório .....	107
30. Da conciliação e da transação .....	108
30.1. Transação sem versar questão posta em juízo .....	110
31. Imparcialidade do Juiz .....	112
32. Duplo grau de jurisdição .....	112
33. <i>Non reformatio in pejus</i> .....	114
33.1. Duplo grau de jurisdição e a Fazenda Pública .....	115
34. Preclusão e perempção .....	116
35. Interpretação e aplicação da lei processual .....	117
36. Analogia .....	122
37. Princípios gerais do Direito .....	122
38. Usos e costumes .....	124
39. Equidade .....	125
40. Direito comparado .....	125

## Capítulo III

### Direito Processual do Trabalho no Tempo e no Espaço

41. Princípio da irretroatividade e processo .....	127
42. Prescrição da ação .....	129

42.1. Súmulas e Orientações do STF, do STJ e do TST sobre a prescrição .....	139
42.1.1. Súmulas do STF .....	139
42.1.2. Súmulas do STJ .....	139
42.1.3. Súmulas do TST .....	139
42.1.4. Orientações Jurisprudenciais do SDI-I, do TST .....	141
42.2. Da Prescrição no Novo Código Civil .....	143
42.2.1. Prazo Unificado para o trabalho urbano e rural .....	143
42.2.2. Prescrição do direito de ação .....	143
42.2.3. Prescrição da exceção .....	144
42.2.4. Da renúncia da prescrição .....	144
42.2.5. Prescrição e vontade das partes .....	144
42.2.6. Invocação da prescrição em juízo .....	145
42.2.7. Decretação da prescrição .....	145
42.2.8. Responsabilidade dos representantes dos relativamente incapazes .....	145
42.2.9. Da prescrição intercorrente .....	146
42.2.10. Causas impeditivas da prescrição .....	146
42.2.11. Causas interruptivas da prescrição .....	146
42.2.12. Dos prazos da prescrição .....	147
42.3. Prescrição e o Fundo de Garantia: introdução .....	147
42.3.1. Mais doutrina sobre a prescrição .....	148
42.3.2. O que é coisa principal .....	149
42.3.3. Outras Súmula do TST acerca do FGTS .....	151
42.3.4. O Supremo Tribunal Federal e o FGTS .....	151
43. Da decadência .....	153
43.1. Da Decadência no novo Código Civil .....	154
44. Lei processual no espaço .....	154
45. Instância .....	156

#### Capítulo IV Ações. Classificação e Elementos

46. Classificação das ações trabalhistas .....	157
47. Da ação condenatória .....	157
48. Das ações constitutivas .....	158
49. Das ações declaratórias .....	158
50. Da ação executiva .....	158
51. Das ações cautelares .....	159
52. Das ações coletivas .....	159
53. Elementos da ação .....	160



54. Das partes. Substituição processual. Representação .....	160
54.1. Das partes .....	160
54.2. Da substituição das partes ou sucessão processual .....	163
54.3. Da representação processual .....	164
54.4. Da substituição processual .....	167
54.4.1. Da substituição processual: antecedentes históricos .....	169
54.4.2. Da substituição processual: doutrina estrangeira .....	171
54.4.3. Da substituição processual e o Código de Processo Civil .....	171
54.4.4. Da Constituição e da substituição processual .....	172
54.4.5. Da Substituição processual na CLT .....	173
54.4.6. Da Substituição processual no STF e no TST: Súmula n. 310 .....	174
54.5. Insalubridade e substituição processual .....	180
54.6. Pactos coletivos e substituição processual .....	181
55. Do litisconsórcio .....	184
56. Litisconsórcio necessário .....	187
57. Litisconsórcio facultativo .....	188
58. Cumulação de ações .....	191
59. Exame dos autos fora do cartório .....	192
60. Desentranhamento de documentos .....	192
61. Exame dos autos pelas partes .....	193
62. O advogado e o processo .....	193
62.1. Uso de documento falso por advogado .....	204
63. Assistência judiciária .....	204
64. O processo e o estagiário .....	210
65. O terceiro e o processo .....	210

## Capítulo V Formas de Intervenção Coata

66. Da intervenção de terceiros .....	212
66.1. Da nomeação à autoria .....	212
67. Denúnciação da lide .....	213
67.1. <i>Factum principis</i> .....	214
68. Do chamamento ao processo .....	215

## Capítulo VI Formas de Intervenção Voluntária

69. Da assistência .....	218
70. Oposição .....	220
71. Da transmissibilidade da ação .....	221

## Capítulo VII Processo e Procedimento

72. Processo. Procedimento. Conceito .....	222
73. Atos processuais .....	223
74. Atos processuais objetivos e subjetivos .....	224
75. Publicidade dos atos processuais .....	224
75.1. Transmissão de dados para a prática de atos processuais .....	225
76. Forma dos atos processuais. Processo eletrônico. Informatização Processual .....	225
77. Atos processuais de responsabilidade do Juiz .....	231
78. Atos processuais das partes .....	232
79. Atos postulatórios .....	232
80. Atos dispositivos .....	232
81. Atos probatórios .....	233
82. Atos processuais no procedimento .....	233
83. Assinatura das partes nos atos e termos processuais .....	233
84. Os termos processuais e os chefes de secretarias .....	234

## Capítulo VIII Prazos

85. Dos prazos .....	235
86. Classificação dos prazos .....	235
87. Termos inicial e final dos prazos .....	236
88. Prazos peremptório e dilatatório .....	238
89. Casos especiais de prazos .....	239
90. Impulso processual .....	243

## Capítulo IX Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho

91. Atos dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho .....	245
92. Dos distribuidores .....	245
93. Dos cartórios dos Juízos de Direito .....	246
94. Das secretarias dos TRTs .....	246
95. Dos oficiais de justiça e oficiais avaliadores .....	247
96. Do perito .....	247
96.1. A perícia e o Juiz .....	255
97. Honorários Periciais e a Justiça Gratuita .....	255
98. Do depositário e do administrador .....	258
99. Do intérprete .....	258
100. Divisão dos auxiliares eventuais do Juiz .....	259



**Capítulo X**  
**Sucumbência e Assistência Judiciária**

101. Da sucumbência .....	260
102. Da assistência judiciária e a Constituição .....	260

**Capítulo XI**  
**Comunicação dos Atos Processuais**

103. Da comunicação dos atos processuais .....	264
104. Das Espécies de Cartas: Rogatória, de Ordem e Precatória .....	264
105. Da notificação (citação) .....	270
105.1. Da citação por edital e nomeação de curador especial: ausência de revelia .....	272
106. Das intimações .....	273

**Capítulo XII**  
**Das Nulidades**

107. Das nulidades processuais .....	274
107.1. Princípios das Nulidades Processuais .....	277
107.1.1. Princípio da especificidade .....	277
107.1.2. Princípio da transcendência .....	277
107.1.3. Princípio da convalidação .....	278
107.1.4. Princípio da proteção .....	278
107.1.5. Princípio da conservação .....	278
107.2. Nulidades processuais. Casuística .....	278
108. Nulidade e silêncio da parte .....	280
109. Julgamento antecipado da lide .....	281
110. Cerceamento da defesa .....	281
111. Nulidade que não se pronuncia .....	281
112. Nulidade e o Ministério Público .....	282
113. Nulidade da notificação e da intimação .....	282
114. Nulidade processual na CLT .....	283
114.1. Nulidades no novo Código Civil e seus reflexos nos aspectos processuais da CLT: Introdução .....	283
114.1.1. Nulidades — conceito .....	285
114.1.2. Da invalidade do negócio jurídico .....	285
114.1.3. Da simulação .....	286
114.1.4. Declaração da nulidade .....	287
114.1.5. Anulabilidade do negócio jurídico .....	287
114.1.6. Causas de anulabilidade .....	289
114.1.7. Do erro ou ignorância .....	289



114.1.8. Do dolo .....	290
114.1.9. Da coação .....	291
114.1.10. Do estado de perigo .....	291
114.1.11. Da lesão .....	292
114.1.12. Da fraude contra credores .....	292
114.1.13. Defeitos do negócio jurídico e a CLT .....	293

### Capítulo XIII Das Exceções

115. Das exceções .....	294
116. Exceção de suspeição .....	295
117. Exceção de incompetência .....	296

### Capítulo XIV Jurisdição e Competência

118. Da jurisdição .....	298
119. Jurisdição voluntária .....	300
120. Da competência .....	302
121. Conflitos de competência .....	303
122. A competência e a Constituição após a Emenda Constitucional n. 45/2004 .....	304
122.1. Hermenêutica da Norma Constitucional em Geral e da Norma Constitucional Processual do Trabalho .....	307
122.2. Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar .....	312
122.3. Inciso I, art. 114, CF. Espécies da relação de trabalho. relação de emprego. Estatutário e "Celetista". Pessoa jurídica de Direito Público Externo .....	313
122.4. Inciso II, art. 114, CF. Greve em atividade essencial e não essencial. Ocupação da empresa e as ações possessórias .....	318
122.5. Inciso III, art. 114, CF — Ações sobre representação sindical. Eleição sindical. Cobrança de contribuições de natureza sindical .....	324
122.6. Inciso IV, art. 114, CF — Mandado de Segurança, <i>Habeas Corpus</i> e <i>Habeas Data</i> .....	325
122.7. Inciso V, art. 114, CF — Conflitos de Competência na Justiça do Trabalho .....	328
122.8. Inciso VI, do art. 114, CF — Dano moral e patrimonial .....	328
122.9. Inciso VII, do art. 114, CF — Auto de Infração lavrado pela fiscalização trabalhista ..	329
122.10. Inciso VIII, do art. 114, CF — Execução de ofício das contribuições sociais .....	330
122.11. Inciso IX, do art. 114, CF — Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho mediante lei .....	331
122.12. Ajuizamento de Comum Acordo do Dissídio Coletivo de Natureza Econômica .....	331
122.13. Exame de alguns casos práticos decorrentes da nova redação do art. 114, da Constituição .....	336
123. Competência <i>ex ratione personae</i> .....	345



171.11.1. A globalização e a empresa nacional .....	478
171.11.2. O Ministério Público e a Constituição .....	479
171.11.3. Fundamentos da Ação Civil Pública .....	481
171.11.4. Interesses e Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos ...	482
171.11.5. Terceirização de atividades da empresa .....	483
171.11.6. <i>Legitimatio ad causam</i> e interesse de agir .....	485
171.11.7. Do direito lesado .....	486
171.11.8. Indenização por violação da ordem jurídica .....	487
171.11.9. Da Antecipação da Tutela .....	487
171.11.10. Conclusões .....	488
171.12. Ação Civil Pública. Aplicação da lei de licitações pelo Ministério Público do Trabalho e a terceirização de serviços pela administração pública .....	489
171.13. Ação Civil Pública e necessidade de publicação de edital .....	490
171.14. Carência de ação do Ministério Público do Trabalho relativamente à Ação Civil Pública. Estudo de caso .....	491

## Capítulo XVIII

### Princípio e fim do Processo de Conhecimento

172. Da formação, da suspensão e da extinção do processo .....	497
173. Formação do processo .....	497
174. Da suspensão do processo .....	499
175. Casos de suspensão que dependem de autorização do Juiz .....	499
176. Da extinção do processo .....	500

## Capítulo XIX

### Procedimento do Dissídio Individual do Trabalho

177. Procedimento do dissídio individual .....	503
178. Do termo de reclamação .....	503
179. Da petição inicial .....	504
179.1. Antecipação da tutela de mérito no processo do trabalho .....	509
179.2. Da ação rescisória e a tutela antecipada .....	510
179.3. Tutela antecipada e a CLT .....	511
179.4. Tutela antecipada e o art. 273 do CPC .....	512
179.5. Do pedido da tutela antecipada .....	514
179.6. Execução provisória da decisão concessiva da tutela antecipada .....	515
179.7. Tutela antecipada e obrigações de fazer e não fazer .....	518
179.8. Obrigações de fazer e de não fazer .....	519
179.9. Do pedido da tutela antecipada no art. 461 e no art. 461-A, do CPC .....	521
179.10. Da multa diária .....	522
179.11. Das perdas e danos .....	523





179.12. Medidas para efetivação da tutela específica .....	523
179.13. A tutela antecipada e o Poder Público .....	524
180. Quem pode ser reclamante .....	525
180.1. Da representação do espólio no processo do trabalho .....	525
180.2. Quem pode ser reclamado .....	526
181. A petição inicial e as provas .....	527
182. Do valor da causa .....	528
183. Da notificação (citação) .....	529
184. Efeitos da notificação .....	532
185. Formas de notificação .....	533
186. Da audiência .....	533
186.1. Identidade física do Juiz .....	535
187. Comparecimento das partes à audiência .....	536
188. Preposto do empregador .....	536
189. Ausência do reclamante e do reclamado à audiência .....	537
190. Da pena de confissão .....	538
191. Pena de confissão e perícia .....	539
192. Da confissão .....	540
193. Exibição de documento ou coisa .....	541
194. Representação do reclamante por outro empregado .....	543
195. Revelia e reclamação plúrima .....	543
196. Da revelia .....	543
197. Resposta ou defesa do reclamado. Exceções .....	547
198. Da reconvenção .....	551
199. Da compensação e da retenção .....	552
200. Do procedimento da reconvenção .....	553
201. Da conciliação .....	555

## Capítulo XX

### Da Prova e seus Princípios

202. Da prova .....	560
203. Natureza do instituto da prova .....	562
204. O Juiz e a prova .....	564
205. Das presunções .....	566
206. Ônus da prova .....	567
207. Licitude dos meios de prova .....	569
208. Da isonomia na produção da prova .....	570
209. Da oportunidade da prova .....	570
210. Espécies de provas .....	570
211. Fatos notórios .....	571



212. Prova de normas jurídicas .....	572
213. Classificação das provas .....	573
214. A prova e a CLT .....	574
214.1. Da prova ilícita .....	575
215. Do depoimento pessoal .....	578
216. Espécies de confissão .....	581
217. Do testemunho .....	582
218. Admissibilidade e valor da prova testemunhal .....	584
219. Quem pode ser testemunha .....	585
220. Prova documental .....	588
221. Do preposto .....	590
221.1. Testemunho do preposto .....	595
221.2. Preposto não empregado de empregador rural .....	595
221.3. Preposto não empregado de micro e pequena empresa .....	597
222. Inquirição de testemunhas .....	597
222.1. Testemunha que se recusa a depor: prisão ou multa? .....	598
223. Produção antecipada da prova .....	599
224. Do incidente de falsidade .....	600
225. O prazo e a produção da prova documental .....	601
226. Da prova pericial .....	603
227. Exame de livros mercantis .....	607
228. Da inspeção judicial .....	609
229. Da prova emprestada .....	611
229.1. A prova no Código Civil de 1916 e no de 2002 .....	611
229.1.1. Da confissão ineficaz .....	612
229.1.2. Da confissão anulável .....	613
229.1.3. Telegrama como prova .....	615
229.1.4. Cópia fotográfica de documento .....	615
229.1.5. Registros fotográficos e outros .....	616
229.1.6. Dos livros e fichas mercantis .....	616
229.1.7. Da prova testemunhal .....	617
229.1.8. Quem não pode depor .....	617
229.1.9. Presunções e a prova testemunhal .....	618
229.2. A prova e os Tribunais .....	619
229.2.1. Súmulas do Supremo Tribunal e a prova .....	619
229.2.2. Súmula do extinto Tribunal Federal de Recursos e a prova .....	619
229.2.3. Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho e a prova .....	619
229.2.4. Orientação Jurisprudencial SDI-1, do Tribunal Superior do Trabalho e a prova .....	622
229.2.5. Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídio Individual (SDI-1), do Tribunal Superior do Trabalho (Transitória) e a prova .....	622



**Capítulo XXI**  
**Fase decisória do Dissídio Individual**

230. Fase final ou decisória dos dissídios individuais .....	623
230.1. Ação repetitiva ou julgamento de plano na Justiça do Trabalho .....	625
231. Audiência de instrução e julgamento .....	628
232. Da sentença .....	628
232.1. Sentença <i>ultra petita</i> e nulidade de demissão .....	631
233. Requisitos da sentença .....	633
234. Sentença nula .....	635
235. Sentença terminativa sem julgamento de mérito .....	636
236. Clareza da sentença .....	636
237. Sentença — Ato público .....	636
238. Obscuridade ou contradição da sentença .....	636
239. Publicação da sentença .....	637
240. Efeitos da sentença .....	637
241. Da sentença condenatória .....	637
242. Da sentença constitutiva .....	640
243. Da sentença declaratória .....	640
244. Embargos de declaração .....	641
245. Coisa julgada .....	644
245.1. Relação jurídica continuativa e a insalubridade .....	647
245.2. Ação rescisória e o Ministério Público .....	648
245.3. Erros ou enganos da sentença e a coisa julgada .....	649

**Capítulo XXII**  
**Do Procedimento Sumaríssimo e Ação de Alçada**

246. Procedimento sumaríssimo .....	656
247. Reconvencção e ações de procedimento sumaríssimo .....	660
248. Litisconsórcio e ação de rito sumaríssimo .....	662
248.1. Medidas Processuais não admitidas no procedimento sumaríssimo: ação declaratória incidental e a intervenção de terceiro .....	662

**Capítulo XXIII**  
**Inquérito para Apuração de Falta Grave**

249. Inquérito para apuração de falta grave .....	663
---	-----

**Capítulo XXIV**  
**Greve e Dissídio Coletivo do Trabalho**

250. Dissídios coletivos .....	666
251. A greve e o Ministério Público .....	670

252. Negociação coletiva .....	674
253. Instauração da instância do dissídio coletivo .....	675
254. Dissídio coletivo de natureza econômica .....	682
255. Dissídio coletivo de natureza jurídica .....	683
256. Sentença normativa .....	685
257. Ação de cumprimento de sentença normativa .....	688
257.1. Extensão das decisões normativas .....	692
258. Revisão de sentença normativa .....	694
259. Recursos no processo de dissídio coletivo .....	695
259.1. Do recurso ordinário no dissídio coletivo .....	695
259.2. Da assistência no processo de dissídio coletivo .....	698
259.3. Dos embargos infringentes no processo de dissídio coletivo .....	699
259.4. Depósito recursal e dissídio coletivo .....	699
260. Política salarial e dissídio coletivo .....	699
261. Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos da SDC, do TST .....	702
261.1 Orientações Jurisprudenciais da SDC, do TST e a ação rescisória .....	702
261.2 Precedentes Normativos da SDC, do TST .....	705
262. Poder normativo da Justiça do Trabalho .....	715
262.1. A ação coletiva e o exercício irregular do direito de greve .....	718

## Capítulo XXV

### Recursos no Processo Individual do Trabalho

263. Recursos no processo individual do trabalho .....	727
263.1. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	729
263.2. Princípios do sistema legal de recursos .....	731
263.3. Questões recursais e o litisconsórcio .....	732
263.4. Efeitos do recurso .....	733
263.5. Recurso ordinário no processo do trabalho .....	734
263.6. Procedimento. Prazo recursal .....	735
263.7. Juntada de documentos na fase recursal .....	739
264. Juízo de admissibilidade .....	740
265. Pressupostos dos recursos .....	741
265.1. Pressuposto Objetivo do Recurso - Das Custas .....	745
265.1.1. Natureza jurídica das custas .....	747
265.1.2. Custas, Processo e Procedimento .....	748
265.1.3. Custas e Instruções do TST .....	749
265.1.4. Do benefício da Justiça gratuita .....	749
265.1.4.1. Justiça gratuita e sindicato .....	751
a) Exame de uma questão .....	751
b) O que é justiça gratuita .....	751



	c) Justiça gratuita e o processo civil .....	752
	d) Constituição e a Justiça Gratuita .....	753
	e) Os Tribunais e a Justiça Gratuita .....	754
	f) Livre acesso à justiça .....	754
	g) Justiça Gratuita e o Processo do Trabalho .....	755
	265.1.4.2. Honorários periciais e Justiça gratuita .....	756
	265.1.5. Custas no processo de execução .....	759
	265.1.6. Do recurso de revista. Custas .....	759
	265.1.7. Isenção do pagamento de custas .....	760
	265.2. Pressuposto Objetivo do Recurso: Custas e sua Jurisprudência .....	763
266.	Terceiro e o recurso .....	765
267.	Recurso adesivo .....	766
268.	Espécies de recursos .....	768
269.	Recurso ordinário .....	769
	269.1. Questões anteriores à sentença .....	773
270.	Procedimento do recurso ordinário e depósito recursal .....	774
	270.1. Depósito Recursal e condenação solidária. Litisconsórcio .....	781
271.	Recurso ordinário no Tribunal Regional do Trabalho .....	784
272.	Recurso de revista .....	785
	272.1. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST sobre o Recurso de Revista ..	790
273.	Procedimento do recurso de revista .....	795
	273.1. Transcendência em recurso de revista .....	798
274.	Embargos .....	799
275.	Embargos infringentes .....	809
276.	Agravo de instrumento .....	810
	276.1. Agravo de Instrumento e o poder do juiz em requisitar informações ao juízo a quo .....	816
277.	Agravo regimental .....	820
278.	Agravo de petição .....	824
279.	Recurso especial .....	825
280.	Recurso extraordinário .....	826
	280.1. Matérias do direito do trabalho com repercussão geral .....	834
	280.2. Matérias do direito do trabalho sem repercussão geral .....	835
	280.3. Interposição prematura do Recurso Extraordinário .....	835
	280.4. Da súmula vinculante .....	837
281.	Correição parcial .....	840
	281.1. Reclamação para preservar a competência do Tribunal .....	846

## Capítulo XXVI Liquidação da Sentença

282.	Conceito e natureza jurídica da liquidação da sentença .....	848
	282.1. Liquidação para individualizar objeto da condenação .....	850



282.2. Liquidação mista .....	851
282.3. Liquidações distintas .....	851
282.4. Liquidação e terceiro .....	851
282.5. Obrigações alternativas. Sua liquidação .....	852
282.6. Liquidação de sentença e a CLT .....	852
282.7. Natureza jurídica da sentença de liquidação .....	859
283. Liquidação da sentença por cálculo .....	860
283.1. Liquidação por cálculo no estrangeiro .....	865
284. Liquidação da sentença por arbitramento .....	867
285. Liquidação da sentença por artigos .....	867
286. Impugnação da sentença de liquidação .....	869
287. Casos especiais de liquidação da sentença .....	871
A) Dos juros .....	871
A.1) Dos juros e o novo Código Civil .....	871
B) Débitos do empregado e a correção monetária .....	875
C) Momento da contagem dos juros moratórios .....	876
D) Horas <i>in itinere</i> e liquidação por artigos .....	876
E) Débitos da empresa e a sucessão <i>causa mortis</i> do empregado .....	876
F) Impugnação da conta de liquidação e os embargos .....	877
G) Forma de impugnar a sentença de liquidação .....	877
H) Compensação e liquidação da sentença .....	877
I) Sentença de liquidação e ação rescisória .....	877

## Capítulo XXVII Da Execução

288. Processo de execução .....	878
288.1. Execução, prescrição e a CLT .....	886
289. Ações de rito sumaríssimo e processo de execução .....	888
290. Juízo da execução .....	888
290.1. Contribuições previdenciárias e a execução .....	888
290.2. Contribuições previdenciárias e a Justiça do Trabalho .....	889
290.3. A conciliação e o INSS .....	891
290.4. As contribuições previdenciárias e as decisões cognitivas ou homologatórias ....	892
290.5. As contribuições previdenciárias e execução <i>ex officio</i> de crédito previden- ciário .....	895
290.6. Pagamento da dívida com o INSS .....	895
290.7. Liquidação da sentença e a contribuição previdenciária .....	895
290.8. Impugnação à conta de liquidação da sentença e a contribuição previdenciária ...	897
290.9. Julgamento da impugnação à conta de liquidação .....	897



290.10. Procedimento do recolhimento das contribuições previdenciárias .....	897
290.11. Das contribuições previdenciárias e do Agravo de Petição .....	898
290.12. Jurisprudência sobre a execução das contribuições previdenciárias e fiscais na Justiça do Trabalho .....	899
291. Extinção da execução .....	908
291.1. Extinção e desistência da execução .....	911
291.2. Suspensão da execução .....	914
291.3. Outros aspectos da suspensão da execução .....	915
292. Sujeito ativo da execução .....	918
293. Sujeito passivo da execução .....	919
293.1. Dos precatórios e dos seqüestros .....	922
293.2. Seqüestro de rendas do município .....	927
293.3. Precatórios e juros moratórios .....	928
293.4. Não pagamento dos precatórios: responsabilidade civil do Estado .....	929
293.5. Os precatórios e Emenda Constitucional n. 37/2002 .....	933
294. Espécies de execução: provisória e definitiva .....	937
294.1. Tutela antecipada e execução provisória .....	943
294.2. Execução em processo extinto: sentença normativa .....	944
295. Obrigações de dar e de fazer .....	945
296. Execuções singulares e plúrimas .....	949
296.1. Cumulação de execuções .....	950
297. Execução e falência. Recuperação judicial. Considerações gerais .....	952
297.1. Massa Falida e as penalidades do art. 467 e do art. 477, § 8º, da CLT. Verbas incontroversas .....	955
297.2. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras .....	957
297.3. Recuperação judicial da empresa e os créditos trabalhistas .....	958
297.3.1. Análise das principais repercussões da recuperação judicial sobre os créditos trabalhistas .....	965
1) Juízo competente .....	966
2) Suspensão da prescrição, das ações e das execuções .....	966
3) Impugnação do crédito trabalhista no quadro-geral dos credores .....	968
4) Reserva de valor estimado no quadro-geral dos credores .....	968
5) Prazo para pagamento dos créditos trabalhistas na recuperação judicial .....	968
6) Vencimento das dívidas .....	969
7) Requisitos de natureza trabalhista dentro da petição inicial da ação de recuperação judicial .....	969
8) Sindicato como representante dos trabalhadores, associados ou não, na assembléia geral de credores .....	970
9) Redução salarial, compensação de horários e redução da jornada de trabalho dentro da recuperação judicial .....	971
10) Sucessão de empregador e a recuperação judicial .....	971



11) Recuperação judicial e a manutenção da personalidade jurídica do devedor .....	973
12) Exigibilidade do depósito recursal e do pagamento das custas processuais da empresa em recuperação .....	973
13) Efeito do plano de recuperação judicial homologado sobre a penhora judicial trabalhista .....	974
14) Juros e correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas na recuperação judicial .....	974
15) Débito trabalhista executado na vigência do plano de recuperação judicial .....	974
16) Comitê de credores e a recuperação judicial .....	975
17) Possibilidade do crédito trabalhista ser negociado individualmente na recuperação judicial .....	975
18) Possibilidade de revisão da sentença que homologa o plano de recuperação judicial .....	978
298. Da insolvência civil .....	981
299. Fraude à execução .....	982
299.1. Exceção de pré-executividade: sua denominação .....	985
299.2. Natureza jurídica da exceção de pré-executividade .....	986
299.3. Apresentação da exceção e seu prazo .....	987
299.4. Da exceção de pré-executividade no processo do trabalho .....	988
299.5. Algumas hipóteses de cabimento da exceção de pré-executividade .....	989
a) Ausência de pressupostos processuais .....	989
b) Falta de notificação no processo de conhecimento .....	989
c) Da coisa julgada .....	990
d) Execução <i>ex-officio</i> .....	990

### Capítulo XXVIII

#### Da Penhora e Forma de Sociedades Mercantis

300. Penhora: sua natureza jurídica .....	991
A) Da sociedade simples .....	995
A.1) Da Microempresa .....	996
B) Sociedades em comandita simples .....	996
C) Sociedade em nome coletivo .....	997
D) Sociedade de capital e indústria .....	997
E) Sociedade em conta de participação .....	998
F) Sociedade por quotas de responsabilidade limitada .....	998
G) Sociedade irregular ou de fato .....	1000
H) Sociedade de marido e mulher .....	1000
I) Sociedade de economia mista .....	1001
J) Empresa pública federal .....	1001
K) Sociedades por ações .....	1002



**Capítulo XXXI**  
**Procedimentos Cautelares Específicos**

339. Arresto .....	1102
340. Seqüestro .....	1103
341. Caução .....	1104
342. Busca e apreensão .....	1105
343. Exibição .....	1106
344. Produção antecipada da prova .....	1107
345. Arrolamento de bens .....	1108
346. Justificação .....	1108
347. Protestos, notificações e interpelações .....	1109
348. Atentado .....	1110

**Capítulo XXXII**

**Procedimentos Especiais**

349. Ação declaratória .....	1111
350. Ação de consignação em pagamento .....	1114
350.1. Consignação extrajudicial em pagamento .....	1116
351. Ação de prestação de contas .....	1118
352. Ações possessórias .....	1119
353. Mandado de segurança .....	1121
354. Mandado de segurança coletivo .....	1130
354.1. Jurisprudência do STF, STJ e do TST acerca do mandado de segurança .....	1131
A) Supremo Tribunal Federal .....	1131
B) Superior Tribunal de Justiça .....	1132
C) Tribunal Superior do Trabalho .....	1132
C.1. Súmulas .....	1132
C.2. Orientações Jurisprudenciais do Pleno, doTST .....	1133
C.3. Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais 2 (SDI-2) do TST .....	1134
355. <i>Habeas data</i> .....	1136
356. Mandado de injunção .....	1137
357. <i>Habeas corpus</i> .....	1139
358. Ação rescisória .....	1141
358.1. Procedimento .....	1148
359. Súmulas do TST e a ação rescisória .....	1151
359.1. Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais (SDI-1) do TST e a ação rescisória .....	1159
359.2. Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais 2 (SDI-2) do TST e a ação rescisória .....	1159

360. Súmulas do STF e do STJ e a ação rescisória .....	1165
360.1. Ação anulatória de ato judicial .....	1166
361. Controle jurisdicional de constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental .....	1167
362. Juízo arbitral .....	1174
363. Ação cominatória .....	1174
363.1. A ação civil pública na Justiça do Trabalho .....	1176
363.2. Ação Revisional e a relação jurídica continuativa .....	1180
363.3. Ação de Restauração de Autos .....	1181

## 2ª PARTE JURISPRUDÊNCIA

364. Índice unificado das Súmulas do STF, STJ, ex-TRF e TST, OJ e PN, do TST .....	1187
365. Súmulas selecionadas da Jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal aplicáveis ao direito processual do trabalho .....	1249
366. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça de natureza processual trabalhista .....	1259
367. Súmulas do ex-Tribunal Federal de Recursos de natureza processual trabalhista ...	1264
368. Súmulas do TST de natureza processual .....	1266
369. Orientações Jurisprudenciais do TST — Tribunal Pleno .....	1285
370. Orientações Jurisprudenciais da SDI-1 do TST de natureza processual .....	1286
371. Orientações Jurisprudenciais transitórias da SDI-1 do TST de natureza processual ..	1297
372. Orientações Jurisprudenciais da SDI-2 do TST de natureza processual .....	1300
373. Orientações Jurisprudenciais do SDC do TST .....	1300
<b>Bibliografia</b> .....	1301
<b>Índice Analítico e Remissivo — Parte Teórica</b> .....	1311

## 3ª PARTE (ENCARTE APARTADO) PRÁTICA PROCESSUAL — MODELOS

374. Alerta ao leitor .....	1371
-----------------------------	------

### Capítulo XXXIII Representação das Partes

375. Advogados e procurações .....	1373
376. Contrato de honorários .....	1374
377. Renúncia do advogado .....	1376

### Capítulo XXXIV Das Comissões de Conciliação Prévia

378. Formulação da reclamação .....	1378
379. Ata da reunião da Comissão de Conciliação Prévia .....	1379

380. Termo de conciliação .....	1379
381. Declaração de frustrada conciliação .....	1379
<b>Capítulo XXXV</b> <b>Petição Inicial</b>	
382. Do caso de despedida sem motivo justo .....	1380
383. Do caso de despedida de empregado-dirigente sindical .....	1381
383.1. Dispensa justificada de dirigente sindical .....	1383
384. Da reclamação de empregada gestante dispensada sem motivo justo .....	1383
385. Da reclamação de empregado dispensado na volta ao serviço depois de um acidente do trabalho .....	1384
386. Da reclamação do diretor-empregado .....	1386
387. Da reclamação do representante comercial .....	1388
388. Reclamação por equiparação salarial .....	1389
389. Requerimento de inquérito para apuração de falta grave .....	1390
390. Correção de erro grave da petição inicial .....	1391
390.1. Antecipação da tutela .....	1392
390.2. Liminar de reintegração de dirigente sindical .....	1393
390.3. Desistência da ação .....	1393
391. Julgamento antecipado da lide .....	1394
392. Reclamação trabalhista e falência do empregador .....	1395
393. Concessão de liminar em transferência de empregado .....	1395
394. Notificação por mandado .....	1396
395. Notificação por edital .....	1396
396. Conflito de competência .....	1397

**Capítulo XXXVI**  
**Da Defesa do Reclamado**

397. Reclamação de horas extras .....	1398
398. Carta de preposto .....	1398
399. Defesa e arguição de exceção .....	1399
400. Defesa e reconvenção .....	1400
401. Carência de ação .....	1400
402. Impugnação do valor da causa .....	1401
403. Ilegitimidade da substituição processual .....	1042
404. Defesa e prescrição .....	1402
405. Defesa e decadência .....	1403
406. Reclamação sobre anotação de Carteira de Trabalho na DRT .....	1404
407. Defesa em reclamação de anotação na Carteira de Trabalho na DRT .....	1404



408. Defesa em reclamação na Justiça do Trabalho sobre falta de anotação na Carteira de Trabalho .....	1405
409. Adicional de insalubridade e revisão da sentença .....	1406
410. Defesa e compensação .....	1406
411. Conciliação .....	1407

### **Capítulo XXXVII Da Prova**

412. Retratação da confissão .....	1408
413. Carta precatória de testemunhas .....	1408
414. Contradita da testemunha .....	1409
415. Substituição de testemunhas .....	1409
416. Produção antecipada da prova testemunhal .....	1409
417. Perícia antecipada .....	1410
418. Incidente de falsidade .....	1411
419. Perícia .....	1411
420. Honorários periciais .....	1412
421. Pagamento de honorários de perito .....	1412
421.1. Litigante de má-fé .....	1412

### **Capítulo XXXVIII Trâmites Finais do Processo de Conhecimento**

422. Razões finais .....	1414
423. Embargos de declaração .....	1414

### **Capítulo XXXIX Dissídio Coletivo**

424. Representação para instauração de instância do dissídio coletivo .....	1416
425. Defesa do sindicato patronal no dissídio coletivo .....	1418
426. Recurso no processo de dissídio coletivo .....	1419
427. Pedido de efeito suspensivo no recurso de dissídio coletivo .....	1419
428. Ação de cumprimento .....	1420
429. Da oposição no dissídio coletivo .....	1421
430. Embargos infringentes .....	1421
430.1. Embargos de declaração em processo de dissídio coletivo .....	1422

### **Capítulo XL Dos Recursos no Processo Individual**

431. Recurso ordinário .....	1424
431.1. Recurso ordinário adesivo .....	1425

432. Recurso de revista .....	1426
433. Agravo de instrumento .....	1427
434. Embargos .....	1429
435. Agravo regimental .....	1430
436. Recurso extraordinário .....	1431

### Capítulo XLI Liquidação da Sentença por Cálculo

437. Liquidação da sentença .....	1433
438. Liquidação da sentença por cálculo do contador .....	1433
439. Liquidação da sentença por arbitramento .....	1434
440. Liquidação da sentença por artigos .....	1434
441. Impugnação das contas de liquidação da sentença .....	1434
442. Aceitação da conta de liquidação pelo reclamado .....	1435

### Capítulo XLII Da Execução

443. Da execução provisória .....	1436
444. Execução por quantia certa .....	1436
445. Nomeação de bens à penhora .....	1437
446. Impugnação da nomeação de bens à penhora .....	1437
447. Ampliação da penhora .....	1437
448. Carta precatória e penhora .....	1438
448.1. Desistência da execução .....	1438
449. Embargos à execução .....	1438
450. Agravo de petição .....	1439
451. Da adjudicação .....	1440
452. Da remição .....	1441
453. Embargos de terceiro .....	1441
454. Nova avaliação dos bens penhorados .....	1442
455. Suspeição do avaliador .....	1442

### Capítulo XLIII Medidas Cautelares

456. Arresto .....	1444
457. Contestação do pedido de arresto .....	1445
458. Seqüestro .....	1445
459. Caução .....	1446
460. Busca e apreensão .....	1447



461. Exibição .....	1447
462. Justificação .....	1448
463. Protesto .....	1449
464. Notificação .....	1449
465. Interpelação .....	1450
466. Atentado .....	1450

### Capítulo XLIV Procedimentos Especiais

467. Ação declaratória .....	1452
468. Ação declaratória incidental .....	1453
469. Ação de consignação em pagamento .....	1453
469.1. Consignação extrajudicial em pagamento .....	1454
470. Ação de prestação de contas .....	1455
471. Ação possessória .....	1455
472. Mandado de segurança individual .....	1456
473. Mandado de segurança coletivo .....	1457
474. <i>Habeas data</i> .....	1458
475. Mandado de injunção .....	1458
476. <i>Habeas corpus</i> .....	1459
477. Ação rescisória .....	1460
<b>Índice Analítico e Remissivo — Parte Prática .....</b>	<b>1463</b>